

Editorial



Osvaldo Cabral
osvaldo.cabral@diariodosacores.pt

Um 2024 carregado de sombras

O novo ano que agora se inicia vem recheado de desafios que podem traçar o futuro do país e dos Açores em vários sectores de actividade.

Desde logo a economia assume-se como vector central, porquanto dela vai depender grande parte do desempenho da nossa convergência, que tem sido fraca na última década.

É verdade que ela cresce, mas outros crescem mais rápidos do que nós e, pior do que isso, muitas famílias não sentem este crescimento e as suas condições de vida não ficaram melhores nos últimos anos.

Não é por acaso que os Açores atingem o valor mais alto do risco de pobreza do país, com mais de um em cada quatro açorianos a viver nas ruas da amargura.

Não fosse o desempenho do turismo e os Açores estariam a enfrentar, nos dias de hoje, novas grandes vagas de emigração.

Mesmo assim, ainda não somos capazes de reter talentos e muitos deles estão entre os 10 mil habitantes que perdemos nos últimos tempos.

Com o PRR e o novo quadro comunitário de apoio é preciso criar condições, em todas as ilhas, cada uma à sua dimensão, para reter pessoas, sobretudo os jovens qualificados, e oferecer melhores condições de vida às famílias.

A inflação, os juros e os baixos salários vão continuar a preocupar-nos em 2024, mas mais preocupante do que isso são os atrasos estruturais da nossa economia, incapaz de produzir valor acrescentado e de gerar maior competitividade.

Uma gestão política errada, nos últimos anos, levou a nossa economia para os confins da falência dos cofres públicos, em que as empresas públicas em catadupa foram as mais culpadas pela acumulação de resultados negativos, de que resultou a falência da SATA e um gigantesco endividamento na Soudaço, como corolário de políticas erradas e com gestores incompetentes.

O Tribunal de Contas bem que alertou, todos os anos, para o “elevado grau de informalidade” em que muitas das empresas públicas estavam a ser geridas, contribuindo para a travagem do processo de crescimento económico que tanto necessitamos.

Falhámos em muitas áreas de crescimento económico e, agora, que a União Europeia nos dá mais uma oportunidade para recuperarmos dos atrasos a que nos auto-submetemos, somos bem capazes de falhar mais uma vez, porque teimamos em assentar o nosso modelo de desenvolvimento em estratégias erradas e sem que se vislumbre um caminho que possa robustecer a nossa economia e as nossas vidas.

O investimento público é praticamente engolido pela enorme galáxia administrativa que criamos na região, um autêntico monstro que absorve, todos os anos, uma importante fatia do orçamento regional, sem criar riqueza produtiva e tornando o nosso arquipélago numa enorme central burocrática de funcionários públicos.

Tudo isto torna a qualidade das nossas instituições muito pobres, recheadas de responsáveis sem mérito, obedientes aos aparelhos dos partidos e degradando o nosso processo de desenvolvimento.

Vamos a caminho de 50 anos de Autonomia e a percepção que fica é que temos de começar quase tudo de novo, porque tudo o que construímos até aqui é tão frágil, tão clientelar e tão assistencialista, que provoca a fuga de talentos e de recursos qualificados que tanta falta nos fazem.

Desperdiçamos o nosso potencial em lutas partidárias de interesse aparelhístico e nunca em prol dos cidadãos, como mais uma vez se comprova com a presente crise política nacional e regional.

O regime degrada-se, as instituições enfraquecem, os políticos e os partidos descredibilizam-se e o que aí vem não é nada animador.

Basta ver o que nos oferecem as forças políticas para as contendas eleitorais que se avizinham, a começar pela mediocridade das listas de candidatos, cheias de arranjinhas internas, a borrifarem-se para o mérito e para a qualidade da cidadania.

Como dizia Eça em 1867, “em Portugal não há ciência de governar nem há ciência de organizar oposição. Falta igualmente a aptidão, e o engenho, e o bom senso, e a moralidade, nestes dois factos que constituem o movimento político das nações”.

Apesar de tudo, bom ano e que haja mais cidadania para pôr na ordem a política desordenada.

A democracia a morrer

Entramos em 2024 com mais um jornal açoriano a fechar as portas. O “Incentivo”, único diário da ilha do Faial, deixa de publicar em papel e passa a projecto digital.

Passados 20 anos da sua primeira edição, deixa aquela ilha sem jornais, depois de já ter perdido o centenário Telégrafo e o Correio da Horta.

Trata-se de uma morte anunciada, a que se poderão seguir muitos outros meios de comunicação social da região.

Também os nossos colegas do “Açoriano Oriental” e da TSF-Açores estão a enfrentar graves dificuldades, com o ordenado de Dezembro por pagar e o subsídio de Natal a ser distribuído em duodécimos ao longo deste ano, porque os donos do jornal, a Global Media, estão sem dinheiro, incluindo para os centenários “Diário de Notícias”, “Jornal de Notícias” e Rádio TSF.

Os políticos açorianos assistem impávidos e serenos ao definharem da comunicação social e alguns até batem palmas por cada morte proclamada.

Até que um dia serão eles a serem varridos da democracia livre e plural, porque o país há-de ser outro sem a livre expressão de pensamento e de debate da comunicação social.

Por cada jornal que fecha, é a democracia que morre.

Um governo incompetente

António Costa e Pedro Nuno Santos foram incompetentes na questão do subsídio de mobilidade.

Ambos reconheceram, em 2019, que se tratava de um “**esquema completamente absurdo, ruinoso para as finanças públicas, uma despesa que subiu de 14 milhões de euros para 70 milhões de euros, que não beneficia nenhum residente nas regiões autónomas**”, prometendo que iriam alterar o sistema.

Passaram-se duas legislaturas e nada fizeram, deixando as companhias aéreas a encherem os cofres à custa dos dinheiros dos contribuintes e a prejudicar os cidadãos açorianos, que perdem um dia de trabalho nas longas filas dos CTT para terem acesso ao reembolso.

É importante que se faça este debate na campanha para as eleições nacionais e que os eleitores obriguem os partidos a um compromisso para mudar este sistema obsoleto, inútil e com exigências estúpidas, como a de obrigar a pessoa que tem o nome na factura a estar presente no balcão dos CTT para receber o reembolso. Tudo como no terceiro mundo!

Um país que não consegue mudar uma coisa tão simples, imagine-se para as coisas complicadas...

É por isso que continuamos na cauda da Europa e até os países de leste já nos ultrapassam nos principais índices de desenvolvimento.

É o que faz estarmos entregues a uma escola de políticos imberbes, imaturos, impreparados e que só pensa na sua clientela e nos seus amigos.

De resto, o povo que aguente!